

UMA ESTRATÉGIA DE ENSINO EMANCIPATÓRIO FUNDADA NA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

*Giseli Passador (FACULDADE PROGRESSO)**

<https://orcid.org/0000-0002-3092-6416>

*Adelina de Oliveira Novaes (UNICID)***

<https://orcid.org/0000-0003-2028-2837>

RESUMO

A relação dialógica entre docentes e estudantes motivou o desenvolvimento do estudo que possuiu duplo objetivo: buscou associar a investigação do significado atribuído por educandos a um componente curricular ao de criar uma estratégia pedagógica fundada na teoria das representações sociais. Durante o segundo semestre de 2016, a referida estratégia foi sendo desenvolvida e investigada junto a estudantes de um curso de ciências contábeis, matriculados na disciplina de direito e legislação tributária, do 5º período, turno noturno, de uma universidade na região de Guarulhos, São Paulo, amparando-se em procedimentos de pesquisa científica e intervenções pedagógicas. A escolha do curso foi norteadada pela hipótese de que a significação de uma disciplina fronteiriça àquela que os educandos optaram para sua vida profissional poderia contribuir para a compreensão de mecanismos de aprimoramento de seu estudo. A identificação de eixos de significação no início do curso permitiu a exploração, junto com os estudantes, de métodos amparados pelos princípios da pedagogia freireana e da avaliação emancipatória, sendo dada a oportunidade de participarem como sujeitos ativos, de negociarem representações sociais. Os resultados obtidos evidenciaram a mudança de representações estereotipadas, sobretudo no que concerne ao valor associado ao componente curricular objeto do estudo, e podem servir de suporte para que outros profissionais da educação busquem uma aproximação de educandos com conhecimentos reificados.

Palavras-chave: Educação superior; representações sociais; avaliação emancipatória; dialogicidade; Paulo Freire.

* Mestre em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), São Paulo, Brasil. Professora de Direito Civil da Faculdade Progresso, Guarulhos, São Paulo, Brasil. Participa do Grupo de Pesquisa Representações Sociais e Subjetividade Docente, liderado pela Profa. Adelina Novaes e cadastrado junto ao Diretório de Grupos do CNPq. E-mail: giselipassador@gmail.com

** Pós-doutorado em Psicologia Social pela London School of Economics and Political Science e pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora em Educação pela Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil. Pesquisadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas (FCC). Docente do Programa de Pós-graduação em Educação e do Mestrado Profissional Formação de Gestores Educacionais da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), São Paulo, Brasil. E-mail: adelnovaes@gmail.com

ABSTRACT

AN EMANCIPATORY EDUCATION STRATEGY BASED ON THE THEORY OF SOCIAL REPRESENTATIONS

The dialogical relationship between teachers and students motivated the development of the study that had double aim: to associate the investigation of the meaning attributed by students to a curricular component and create a pedagogical strategy based on the theory of social representations. During the second semester of 2016, the referred strategy was being developed and investigated with students of a degree of accounting sciences, enrolled in the subject of law and tax legislation, 5th period, night shift, of a university in the region of Guarulhos, São Paulo, supported by procedures of scientific research and pedagogical interventions. The choice of the bachelor's degree was guided by the hypothesis that the significance of a border discipline to that which the students chose for their professional lives could contribute to the understanding of mechanisms to improve their studies. The identification of axes of signification at the beginning of the course allowed the exploration, together with the students, of methods supported by the principles of Freirean pedagogy and of emancipatory evaluation, being given the opportunity to participate as active subjects, and to negotiate social representations. The results obtained evidenced the change of stereotyped representations, especially with regard to the value associated with the curricular component of the study, and can support other professionals in the education to look for an approximation of students with reified knowledge.

Keywords: Higher education; social representations; empowerment evaluation; dialogicity; Paulo Freire.

RESUMEN

UNA ESTRATEGIA DE ENSEÑANZA EMANCIPATORIA FUNDADA EN LA TEORÍA DE LAS REPRESENTACIONES SOCIALES

La relación dialógica entre docentes y estudiantes motivó el desarrollo del estudio que poseyó doble objetivo: buscó asociar la investigación del significado atribuido por educandos a un componente curricular al de crear una estrategia pedagógica fundamentada en la teoría de las representaciones sociales. Durante el segundo semestre de 2016, la mencionada estrategia se estaba desarrollando e investigando con estudiantes de un curso de ciencias contables, matriculados en la asignatura de derecho y legislación tributaria, 5º periodo, turno de noche, de una universidad de la región de Guarulhos, São Paulo, a partir de procedimientos de investigación científica e intervenciones pedagógicas. La elección del curso estuvo guiada por la hipótesis de que la significación de una disciplina fronteriza a la que los estudiantes eligieron para su vida profesional podría contribuir a la comprensión de los mecanismos para mejorar su estudio. La identificación de ejes de significación al inicio del curso permitió la exploración con los estudiantes de métodos amparados por los principios de la pedagogía freireana y de la evaluación emancipadora, siendo dada la oportunidad para que participasen como sujetos activos, para negociar representaciones sociales. Los resultados

obtenidos mostraron el cambio de representaciones estereotipadas, sobre todo en lo que se refiere al valor asociado al componente curricular objeto del estudio, y pueden servir de soporte para que otros profesionales de la educación busquen una aproximación de educandos con conocimientos reificados.

Palabras clave: Educación superior; representaciones sociales; evaluación emancipadora; dialogicidad; Paulo Freire.

Introdução¹

A pedagogia que fracionou o saber contribuiu para que os sujeitos entendessem seus universos de forma fragmentada, sem conexão, desprezando muitas vezes a complexidade da sala de aula, bem como dos conhecimentos ofertados pelos sujeitos sociais em interação (professor/alunos). Ao adotar uma perspectiva dialógica, o estudo ora relatado buscou um vínculo que pudesse aproximar os interesses dos alunos aos conteúdos curriculares, oferecendo uma abordagem afinada com a realidade dos estudantes. Para tal, foi preciso voltar o olhar para os fundamentos da educação e assumir que a aprendizagem é um fenômeno relacional humano.

A pesquisa envidou esforços para a compreensão das representações sociais de estudantes de um curso de ciências contábeis, matriculados, no segundo semestre de 2016, na disciplina de direito e legislação tributária de uma universidade na região de Guarulhos, São Paulo, sobre o objeto “direito” ao tomar como hipótese que a significação de uma disciplina fronteira àquela que os educandos optaram para sua vida profissional poderia contribuir para a identificação de mecanismos que tornassem o seu estudo mais significativo. Nesse contexto, a relação dialógica entre o docente e os alunos motivou o desenvolvimento do estudo que possuiu duplo objetivo: associar a investigação do significado atribuído pelos educandos à criação de uma estratégia pedagógica fundada na teoria das representações sociais.

Para acessar essas significações, recorreu-se a múltiplos procedimentos de pesquisa científica e intervenções didáticas. A identificação de eixos de representações sociais no início do curso permitiu a exploração, junto com os estudantes, de métodos amparados pelos princípios da pedagogia freireana e da avaliação emancipatória, sendo dada a oportunidade de participarem como sujeitos ativos, de negociarem simbolizações, sentidos, significados e valores.

Uma tríade dialógica: pedagogia freireana, avaliação emancipatória e teoria das representações sociais

A atividade de articulação das proposições da pedagogia freireana e da avaliação emancipatória às da teoria das representações sociais (TRS) resultou da busca de sustentáculo para a compreensão de simbolizações, sentidos e significados que os estudantes de ciências contábeis atribuíam ao direito, saberes que estão inseridos em um contexto histórico, familiar, social e político desse grupo, bem como ressignificá-los ao propor a construção de uma estratégia pedagógica com apoio na TRS.

Inspirado por Chaib (2015), o estudo recorreu ao estudo das representações sociais como alternativa às teorias dominantes, a exemplo do behaviorismo e do cognitivismo, uma vez que, “os fundamentos básicos da TRS – a comunicação e a interação e a ênfase do conhecimento de senso comum – oferecem suporte para a con-

1 A pesquisa desenvolvida respeitou as orientações éticas para um estudo exploratório, com anuência da instituição lócus da investigação e consentimento dos participantes.

cepção das representações sociais como uma teoria alternativa de aprendizagem” (CHAIB, 2015, p. 364).

A eleição da TRS se deve à sua potencialidade em explicar como um determinado objeto ou saber é simbolizado e significado por um grupo de sujeitos sociais em um determinado contexto, bem como em analisar as relações valorativas e afetivas dos sujeitos sociais com tal saber, uma vez que representações sociais são modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos (JODELET, 1985). Nesse sentido, a teoria oferece importantes ferramentas para a pesquisa em problemas sociais urgentes, pois ela abarca aspectos de campos da vida social, alcançando ângulos mais íntimos das subjetividades (NOVAES, 2015) e, ao mesmo tempo, estabelece relações entre a vida pública e a vida privada.

No trabalho desenvolvido, a educação foi compreendida de maneira ampla, assumindo que a aquisição de conhecimento ocorre por meios formais e informais. Nesse tocante, considerou-se que o aluno aprende em seu contexto cultural e que aos professores é requerido “oferecer ao educando condições para que ele, sem sacrifício de sua subjetividade, associe-se aos propósitos educativos do educador, respondendo positivamente à orientação da aprendizagem proporcionada pela pessoa ou instituição responsável por seu ensino” (PARO, 2010, p. 30).

No trabalho, nos interessou, com o apoio da TRS (ARRUDA, 2002; CHAIB, 2015; FERREIRA; MARCONDES; NOVAES, 2017; JODELET, 1989, 2007; JOVCHELOVITCH, 2000, 2004, 2011; MARKOVÁ, 2017a; MOSCOVICI, 1978, 1988, 2003; NOVAES, 2010, 2015; SEIDMANN, 2015), verificar se o docente estabelece encontros dialógicos (MARKOVÁ, 2006, 2017a, 2017b; NOVAES; ORNELLAS; ENS, 2017) com seus estudantes, em consonância com a noção de dialogicidade que se manifesta na educação problematizadora (FREIRE, 2015a).

Assumiu-se que as representações sociais de um grupo específico podem tanto permitir que os educandos se aproximem quanto se distanciem do (obstaculizem o) aprendizado de um objeto de conhecimento reificado. Nas palavras de Jodelet (1989, p. 45-46), “[...] faz eco na didática das ciências e na formação de adultos, o papel das representações sociais como sistema de acolhimento que pode constituir um obstáculo ou servir de ponto de apoio à assimilação do saber científico e técnico [...]”.

Via de regra, um saber se sobrepõe ao outro por meio das pressões ideológicas dominantes, sendo considerados a partir de um sistema hierárquico (JOVCHELOVITCH, 2011). No que concerne à prática educativa, o saber de senso comum e o saber reificado sobre um componente curricular constituem dois lados da mesma moeda, e podem evidenciar um conflito entre essas diferentes formas de conhecimento, gerando um óbice para o aprendizado, vez que as informações obtidas por meio formal (livros, artigos científicos, sala de aula) podem ser conflitantes com o conhecimento construído em outros contextos, cabendo aos professores o desafio de compreender as representações que os alunos trazem consigo, “as suas diversidades culturais e subculturais e as suas crenças: tudo o que constitui suas representações sociais” (CHAIB, 2015, p. 364).

Por outra via, Freire (2015a) defendeu uma educação libertadora, que se opõe à limitadora e frustrante educação “bancária” (em que aquele que deveria ser visto como um sujeito é tratado como uma coisa em que se deposita o conteúdo), pois, para esse autor, a liberdade só irá ser alcançada quando “os homens se sintam sujeitos de seu pensar, discutindo o seu pensar, sua própria visão do mundo, manifestada implícita ou explicitamente, nas suas sugestões e nas de seus companheiros” (FREIRE, 2015a, p. 166).

Em outros termos, Freire (2015a) criticou a educação entendida como transmissão de conteúdos ao dar ênfase às relações educador-educandos, enfatizando o respeito pelos

conhecimentos prévios dos sujeitos sociais, seu contexto histórico e político. No mesmo sentido, afirmou Jodelet (2015, p. 64) que o educando não pode ser “considerado como uma tábua rasa, uma cera virgem na qual se inscrevem as informações transmitidas numa relação vertical entre um emissor detentor do saber, um receptor ignorante e passivo”.

A pedagogia com o educando, e não para ele, proposta por Freire (2015a), requer um impulso conciliador entre os diferentes saberes (sejam eles de senso comum ou reificados), de modo que o docente se constitua enquanto companheiro dos educandos, não se sobrepondo a eles, pois “o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação” (FREIRE, 2015a, p. 89).

Nesse sentido, uma estratégia pedagógica fundada na TRS, articulada com a matriz do pensamento freireano, visa à plasticidade e à constante reinvenção das práticas educativas, de modo a evitar que se cristalizem e se burocratizem. Não obstante, ir contra o modelo pedagógico predominante exige que sejam criados meios e oportunidades para que os educandos possam desenvolver sua autonomia e comprometimento com o aprendizado. Para tanto, a coerência do educador com a racionalidade crítico-emancipatória contribuirá para o desenvolvimento de uma práxis (ação/reflexão/ação) que inclua a participação ativa do estudante, permitindo que este assuma uma postura corresponsável com seu aprendizado.

Ao tomar Freire (2015a, 2015b) como referência, pode-se compreender que a aprendizagem ocorre pela comunicação, ao assumir que a educação não é uma ciência isolada. Afinada a esta perspectiva, a TRS (NOVAES; ORNELLAS; ENS, 2017) oferece elementos de operacionalização teórica que encerram potencial para uma aprendizagem significativa, por favorecer a compreensão das situações em que os sistemas de saber se reinscrevem, transitando do contexto de senso comum (significação dos

alunos) ao reificado, por meio de comunicação no ambiente educativo.

Por sua vez, a proposta da avaliação emancipatória,² afinada à pedagogia freireana, compreende o educando como aquele que deve se libertar/emancipar por meio do diálogo, da reflexão, da negociação e da problematização com o educador. Tem-se que “A emancipação prevê a consciência crítica da situação e a proposição de alternativas de solução para que as mesmas se constituam em elementos de luta transformadora para os diferentes participantes da avaliação” (SAUL, 2010, p. 66).

Na mesma linha de raciocínio, Fetterman (2017) preconiza que a pedagogia freireana e a avaliação emancipatória³ são formas de educação transformadora, pois criam ambiente por meio de ciclos de reflexão e ação que contribuem para a transformação das pessoas no sentido de aprenderem a confrontar a situação em que se encontram, deixando de aceitar cegamente uma verdade que lhes é imposta. Desta forma a educação se torna uma prática libertadora na qual os envolvidos lidam de forma crítica e criativa com a realidade e se descobrem como agentes capazes de transformar o mundo que os rodeia.

O estudo de Patton (2017) converge com essa compreensão ao asseverar que não basta formarmos cidadãos informados, faz-se necessário que a informação esteja baseada em constructos que a transformem em conhecimento, pois assim os envolvidos na avaliação poderão pesar as evidências, considerar as contradi-

2 Segundo Saul (2010, p. 65-66), a avaliação emancipatória, tem dois objetivos básicos: “[...] iluminar o caminho da transformação e beneficiar as audiências no sentido de torná-las autodeterminadas. O primeiro objetivo indica que essa avaliação está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do autoconhecimento crítico do concreto, do real, que possibilita a clarificação de alternativas para a revisão desse real. O segundo objetivo ‘aposta’ no valor emancipador dessa abordagem, para os agentes que integram um programa educacional. Acredita que o homem, através da consciência crítica, imprima uma direção às suas ações nos contextos em que se situa, de acordo com valores que elege e com os quais se compromete no decurso de sua historicidade”.

3 No original, “*empowerment evaluation*” (FETTERMAN, 2017).

ções, inconsistências, articular valores, enfim, poderão desenvolver um pensar avaliativo por meio de uma prática reflexiva, não sendo meros reprodutores de informação.

Dessa forma, as três abordagens teóricas eleitas pelo estudo (pedagogia freireana, avaliação emancipatória e TRS) comungam das premissas de que: (i) o conhecimento é socialmente construído por meio da comunicação, dialogicamente; (ii) os saberes resultam das significações atribuídas a objetos de relevância da vida cotidiana; (iii) os saberes são passíveis de mudança e inovação por meio da inclusão de elementos novos e críticos.

Métodos, discussões e estratégia pedagógica

Durante o segundo semestre do ano de 2016, dos meses de agosto a dezembro, a referida estratégia foi construída e avaliada junto com estudantes de um curso de ciências contábeis, matriculados na disciplina de direito e legislação tributária, do 5º semestre, turno noturno, de uma universidade na região de Guarulhos, por meio de diferentes instrumentos elaborados de acordo com os progressos do estudo. A eleição do lócus do estudo decorreu da inserção da pesquisadora, que ministrava aulas na instituição há 19 anos, e do fato de ser a primeira universidade do município. Por sua vez, a escolha da disciplina de direito e legislação tributária considerou a centralidade deste conteúdo curricular para o curso de ciências contábeis.

O grupo de participantes foi composto por quarenta alunos⁴ e a disciplina foi escolhida devido à sua centralidade na formação dos

4 Vinte e dois tinham idade entre vinte e vinte e cinco anos e dezoito estudantes tinham idade entre vinte e seis e quarenta e nove anos; vinte alunos eram do sexo masculino e vinte, do sexo feminino. A grande maioria dos estudantes não tinha filhos, morava na cidade de Guarulhos com seus ascendentes e descendentes, tinha renda familiar entre dois e dez salários mínimos e estudou em escola pública. Trinta e oito alunos trabalhavam ou trabalharam durante a graduação, sendo que desses, vinte e dois trabalhavam na área contábil e dezesseis, não.

contadores. Importante aclarar que os alunos participantes já haviam tido contato com o ensino jurídico, tendo em vista que, da grade curricular, tinham cursado as disciplinas de introdução ao direito, direito empresarial e falimentar e legislação trabalhista e previdenciária. Quanto à escolha do curso, vinte e seis alunos optaram por perceberem afinidade com a área contábil e vinte e um enxergaram no curso uma carreira promissora.

O cronograma de atividades (Quadro 1) foi estabelecido no início do processo para que os envolvidos pudessem ter uma visão geral dos dias letivos durante o semestre, no entanto, buscou-se garantir a flexibilidade necessária ao bom desenvolvimento do curso, permitindo ajustes, bem como adaptações aos imprevistos. A metodologia empregada foi sendo construída com base no aporte teórico e nos resultados das coletas de informações referentes às intervenções desenvolvidas, realizadas por meio de instrumentos elaborados com esse intuito, associados a registros assistemáticos realizados no decorrer do curso, ao assumir que os alunos “ao perceberem que o destino não está dado” podem ser “capazes de (re)escrever suas histórias, contribuindo para a mudança da ordem social” (PINTO, 2015, p. 58).

No primeiro dia letivo, foi solicitado aos alunos presentes que escrevessem quais as suas expectativas em relação à disciplina. Após recolher as informações, procedeu-se a apresentação da professora e do conteúdo programático.

Na aula seguinte, inicialmente, foram utilizadas duas estratégias de coleta de informação: a técnica de associação livre de palavras (TAL-P)⁵ e questões discursivas. O questionário foi composto por três partes: (i) na primeira, foi solicitada a evocação de palavras com base no termo indutor (direito), sendo que para a pos-

5 Apesar de recorrer à técnica de associação livre proposta por Abric (1994), o estudo não assumiu a perspectiva estrutural da teoria das representações sociais, uma vez que não pretendeu investigar o núcleo central das representações. A técnica foi utilizada apenas para identificar os núcleos semânticos associados aos termos indutores.

terior análise dessas informações foi utilizado o Programa Computacional Ensemble de *Programmes Permettant L'analyse des Evocations* (EVOC®);⁶ (ii) na segunda, foi solicitado que os estudantes enumerassem, identificando de um a quatro, as palavras que mais se aproximassem, em importância, do termo indutor; pois assim foi possível analisar, com base nas

palavras mais incidentes e relevantes para os respondentes, quais os elementos dos eixos semânticos associados ao direito; e (iii) na terceira, composta por questões abertas, buscou-se identificar a compreensão da relevância das disciplinas de direito para os alunos de ciências contábeis, com vistas à elaboração de uma estratégia pedagógica.

Quadro 1 – Cronograma das atividades desenvolvidas no decorrer do semestre

AULA	ATIVIDADE DESENVOLVIDA	ESTRATÉGIA EMPREGADA
1	Aula regular. Coleta de informações.	Aula dialogada/participativa. Questão aberta. Debate acerca das expectativas do curso.
2	Aula regular. Coleta de informações.	Aula dialogada/participativa. Técnica de associação livre e questões abertas.
3	Aula regular.	Aula dialogada/participativa.
4	Aula regular. Coleta de informações.	Aula dialogada/participativa. Questionário de perfil socioeconômico.
5	Aula regular.	Aula dialogada/participativa.
6	Aula regular. Coleta de informações.	Dinâmica de autoavaliação do curso com base nas evocações. Nuvem lexical. Mapa conceitual.
7	Aula regular.	Aula dialogada/participativa.
8	Aula regular.	Estudo de caso. Resolução de situações problema.
9	Coleta de informações.	Avaliação de desempenho discente: prova dissertativa.
10	Aula regular.	Aula dialogada/participativa.
11	Aula regular.	Aula dialogada/participativa.
12	Aula regular. Coleta de informações.	Oficina: paródia.
13	Aula regular.	Aula dialogada/participativa.
14	Aula regular.	Estudo de caso. Resolução de situações problema.
15	Coleta de informações.	Técnica de associação livre e questões abertas. Autoavaliação do curso.
16	Coleta de informações.	Avaliação de desempenho discente: prova dissertativa.
17	Coleta de informações.	Avaliação de desempenho discente: prova dissertativa. (2ª chamada /vistas de prova)
18	Coleta de informações.	Avaliação de desempenho discente: prova dissertativa. (2ª chamada /vistas de prova)
19	Avaliação de desempenho: prova dissertativa. (2ª chamada / vistas de prova)	Avaliação de desempenho discente: prova dissertativa. (exame de recuperação)

Fonte: Elaborado pelas autoras deste artigo com base em dados da pesquisa.

⁶ O EVOC® é um conjunto de programas gratuitos destinados ao processamento e visualização de dados de pesquisas em representações sociais. Seu processamento permite o cruzamento das frequências com as ordens das evocações para construir uma tabela de contingências de quatro quadrantes (SANT'ANNA, 2012).

No terceiro encontro foram apresentados detalhadamente os objetivos do projeto e os motivos para a escolha da turma, sendo possível inferir, pela receptividade dos alunos, que a afinidade entre educandos e educadora foi fundamental para que se sentissem como sujeitos de participação ativa na construção da pesquisa. Na sequência foi solicitada a adesão dos alunos por meio do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e aplicado um questionário composto por perguntas que buscaram caracterizar o perfil sociocultural dos estudantes.

Para a exposição dos resultados de associação livre aos alunos, foi feita a apresentação das evocações por meio de uma nuvem lexical (TAGUL, 2019),⁷ sendo proposta, por intermédio de um debate acerca dos conteúdos identificados, a criação, em parceria, de um esquema que representasse o conjunto de ideias e conceitos sobre direito e ciências contábeis por meio da técnica de mapa conceitual.⁸

Em parceria com os estudantes, e com base nos objetivos da avaliação emancipatória, foram realizadas, nos encontros seguintes, sessões de autoavaliação do curso, bem como de avaliação do desempenho docente. As primeiras ações avaliativas permitiram a compreensão de que, apesar de haver conflitos entre motivações por posturas ativas e passivas por parte dos discentes, é possível haver um encontro dialógico entre educador e educandos. Nesse sentido, buscou-se uma solução intermediária que seria de comum acordo estabelecida e cumprida pelas partes, como um contrato pedagógico. Criou-se um consenso aceitável para o grupo, algo entre o que se idealiza e o que realmente acontece. Foram várias as negociações, repletas de argumentos e contra-argumentos, momento único quando

educandos e educador tomaram consciência de suas práticas e como elas refletem no processo de ensino/aprendizagem.

As aulas foram se desenvolvendo ora de forma participativa/dialogada, ora por estudo de caso, por meio de levantamento de situações-problema. Foi também pensando em instigar os educandos a criar, e buscando atender uma exigência da universidade em elaborar oficinas com as turmas, que foi proposta uma atividade em que os alunos deveriam elaborar uma paródia com a matéria de legislação tributária.

Por fim, no encontro que antecedeu a última avaliação de desempenho discente, foi realizada uma autoavaliação do curso. Recorreu-se novamente à TALP (termos indutores direito e ciências contábeis) e a questões abertas que buscaram compreender a apropriação da relevância do conhecimento jurídico para a futura atuação profissional e identificar quais as impressões que os estudantes tiveram em relação ao aprendizado da disciplina, para que assim pudessem, docente e discentes, verificar se foram constatadas mudanças com o emprego da estratégia pedagógica e, em havendo, se foram positivas ou negativas.

Vale ainda ressaltar que em todos os encontros foram realizadas coletas de informações junto aos estudantes. Essas coletas foram seguidas de anotações feitas pela pesquisadora no formato de jornal de pesquisa⁹ que, assim como o diário de pesquisa, engloba o diarismo, mas vai além, visto que:

[...] a) busca apreender o contexto social e psíquico da pesquisa (refere-se sempre a uma pesquisa); b) é um instrumento teórico e prático de análise, de compreensão, de objetivação a mais ampla, profunda, possível do olhar do pesquisador; c) [...] o jornal de pes-

7 Tagul é uma ferramenta gratuita, geradora da nuvem de palavras.

8 "O mapa conceitual (MC) é uma representação gráfica de conceitos e suas inter-relações" (CORREIA, 2014, p. 469). Em outros termos, é uma apresentação por meio de esquemas que representa um grupo de proposições e conceitos dispostos por uma rede de ideias.

9 Com o intuito de justificar o emprego da expressão "jornal de pesquisa" ao invés de "diário de pesquisa", o estudo baseou-se nos conceitos apresentados por Barbosa (2010). Esse autor estabelece que ambos permitem o registro pessoal, amoroso ou de outra ordem, mas o "diário", muito comum entre os adolescentes, comumente se mantém guardado, em ambiente privado, e o "jornal" visa tornar as anotações públicas (BARBOSA, 2010).

quisa é o instrumento teórico, por excelência, que lhe permite trabalhar a sua subjetividade, os seus envelopes ideológicos, as camisas de força da “*déjàlà*” existencial, do conforme; d) objetiva permitir ao pesquisador perceber a “complexidade” como parte integrante do seu ser existencial e “profissional”. (BARBOSA, 2010, p. 29).

A opção por fazer o jornal de pesquisa teve o propósito de “objetivar a subjetividade” (BARBOSA, 2010, p. 91), haja vista que a subjetividade é um processo imprevisível, sobre o qual não se tem controle e pode interferir na produção do conhecimento de algum modo. Por outro lado, na pesquisa qualitativa, a presença e a interpretação do pesquisador contribuem para a criação de um conhecimento em que se tornam híbridas a razão e a emoção (que, ao serem observadas e indagadas, permitem emergir significados do objeto observado). Em outros termos, o jornal de pesquisa ofereceu “uma perspectiva consistente para a leitura das práticas pedagógicas e educativas” (BARBOSA, 2010, p. 26).

Para o estudo das informações discursivas procedeu-se à análise de conteúdo (FRANCO, 2012). Inicialmente, foi feita uma leitura fluente dos textos produzidos pelos alunos, a “primeira atividade da Pré-Análise”, que consiste em “estabelecer contatos com os documentos a serem analisados e conhecer os textos e as mensagens neles contidas, deixando-se invadir por impressões, representações, emoções, conhecimentos e expectativas” (FRANCO, 2012, p. 54).

Após a pré-análise, foi realizada a categorização “[...] que é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (FRANCO, 2012, p. 63). O critério de categorização escolhido foi o semântico (categorias temáticas).

A seguir, de maneira sintética, consta a descrição dos encontros, nomeados de coleta-intervenção.

Primeira coleta-intervenção

No primeiro encontro com a turma estavam presentes apenas dez dos quarenta estudantes matriculados na disciplina, haja vista que o baixo quórum no primeiro dia de aula é comum entre os alunos da instituição. Ao analisar as informações coletadas, notou-se que os respondentes entenderam, na grande maioria das vezes, que, por meio da disciplina de direito e legislação tributária, eles iriam aprender os tributos, suas funções e suas alíquotas. Infere-se também que, para eles, o direito tributário resume-se aos tributos. No entanto, como é de conhecimento de todos, as leis tributárias mudam o tempo todo, daí surgiu o questionamento: então para que aprender uma lei que vai mudar? Ao combinar os resultados obtidos com as observações assistemáticas registradas no jornal de pesquisa, concluiu-se que os estudantes tinham um mau presságio sobre a aprendizagem da disciplina, mas percebiam que era imperativo cursá-la, ainda que com sacrifício.

Quadro 2 – Expectativas dos estudantes em relação à disciplina

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA
Ter conhecimento dos estritos limites da lei	31
Aprender efetivamente	10
Aprimoramento para o futuro profissional	7
Alcançar um objetivo pessoal	4

Fonte: Elaborado pelas autoras deste artigo com base em dados da pesquisa.

Da leitura do Quadro 2 é possível depreender ainda que estavam presentes, nas justificativas dos discentes, lógicas contraditórias, mas que estabeleciam convivência entre elas, alertando para a possibilidade de existência de uma modalidade de polifasia cognitiva.¹⁰

Segunda coleta-intervenção

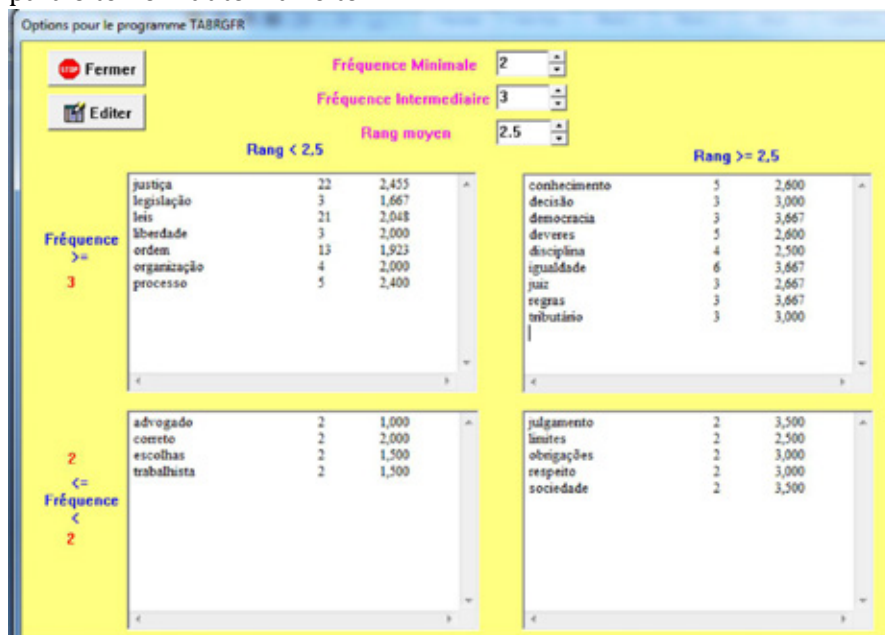
No segundo momento de coleta de informações estavam presentes trinta e oito estudantes e foi utilizado o questionário composto por três partes, sendo que a primeira e a segunda partes respeitavam a TALP. Nelas, foi solicitada a evocação de palavras com base no termo indutor “direito”, bem como que os estudantes enumerassem, identificando de um a quatro, as palavras que mais mantinham relação de importância com o referido termo.

O processamento das palavras e expressões obtidas pela TALP permitiu a identificação de dados numéricos da ordem média de evocação e frequência média de evocação, por meio de análise lexicográfica. Para deter-

minar a frequência de evocação, o EVOC® realizou o somatório das frequências em que o termo foi evocado em cada posição. A ordem média foi alcançada por ponderação, utilizando-se peso 1 à evocação feita em primeiro lugar, peso 2 à evocação feita em segundo lugar e assim por diante. A ordem de evocação foi calculada por meio deste produto ponderado dividido pelo somatório da frequência da palavra nas diferentes posições. A ordem média de evocação foi obtida por meio da média aritmética da ordem de evocação de cada palavra.

A partir da obtenção da frequência média e da ordem média de evocação, os resultados foram plotados no diagrama de quatro quadrantes, nos quais o eixo horizontal expõe a ordem média de evocações e o eixo vertical exibe a frequência de evocação (Figura 1). O quadrante superior esquerdo foi composto pelos termos mais recorrentemente evocados e de menor ordem média, enquanto o quadrante inferior direito foi composto pelos termos menos evocados e de maior ordem média.

Figura 1 – Tela do programa EVOC®, após processamento das evocações para o termo indutor “direito”



Fonte: Elaborada pelas autoras deste artigo com base em dados da pesquisa.

10 A polifasia cognitiva refere-se a um estado em que diferentes tipos de saber, possuindo diferentes racionalidades, vivem lado a lado no mesmo indivíduo ou coletivo (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 125).

Notou-se que as palavras justiça, leis e ordem foram as de maior frequência. No entanto, reservou-se o debate de sua análise quando do relato da intervenção que ela propiciou. A terceira parte do questionário, composta por questões

abertas, visou identificar a compreensão da relevância das disciplinas de direito para os alunos de ciências contábeis, sobretudo no que se refere à sua futura atuação profissional, com vistas à elaboração de uma estratégia pedagógica.

Quadro 3 – A utilidade do conhecimento jurídico para a futura atuação profissional dos graduandos em ciências contábeis

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA
Estritos limites da lei	34
Indicativo de futuro	17
Objetivo pessoal	11
“Direito é base”	9
Dever social	8
Outros	1

Fonte: Elaborado pelas autoras deste artigo com base em dados da pesquisa.

Ficou evidenciada a preocupação dos estudantes em saber, entender e conhecer a tributação, a legislação e as regras, para que eles pudessem ter responsabilidade e conhecimento para representar/auxiliar seus clientes.

Destaca-se que os estudantes demonstraram que, para eles, o conhecimento das leis está intimamente ligado ao exercício da profissão, o que os levou a entender que, apesar de ser algo maçante, se tivessem aulas dinâmicas (como identificado por meio do primeiro questionário) e se comprometessem pessoalmente, alcançariam o conhecimento jurídico para sua atuação profissional. Nesse momento, foi possível encontrar uma via para o diálogo, para a tomada de consciência e para a negociação, de modo que os educandos se sentissem como sujeitos ativos no processo de ensino/aprendizagem.

Terceira e quarta coletas-intervenções

O terceiro encontro contou com a apresentação detalhada da pesquisa, como a adesão dos educandos por meio do TCLE, e com uma coleta que contou com o questionário de perfil

socioeconômico como instrumento.

Na aula seguinte foi elaborada uma dinâmica para a apresentação aos respondentes dos resultados coletados até aquele momento. Foi um encontro de retorno avaliativo, uma oportunidade para pôr em prática os princípios da proposta emancipatória, uma possibilidade de tomada de consciência, negociações, comprometimento e acordo entre educandos e educadora.

No primeiro momento, foram apresentados para os respondentes os resultados da pergunta: Quais as suas expectativas em relação a esta disciplina? (Quadro 2). E, posteriormente, foi solicitado que falassem sobre suas impressões a propósito desses conteúdos. Estavam presentes trinta e sete estudantes que, após negociação colegiada, confirmaram aquilo que havia sido analisado pela anteriormente, ou seja, que a disciplina não parece em nada atraente, pois, apesar de ser importante, envolve um emaranhado de leis difícil de lidar.

Na sequência, foi feita a apresentação das evocações por meio da nuvem lexical, tendo sido proposta, por intermédio de um debate acerca dos conteúdos identificados, a criação com os alunos do mapa conceitual.

Figura 2 – Nuvem lexical produzida pelo Programa Tagul a partir das evocações para o termo indutor “direito”



Fonte: Elaborada pelas autoras deste artigo com base em dados da pesquisa.

Partindo da compreensão de que a turma entendia que o direito era difícil, mas importante para a atuação profissional, foi realizada uma dinâmica envolvendo os conceitos básicos da proposta emancipatória. Num primeiro momento, foi sugerido que os estudantes traçassem um perfil das condutas que, em tese, para eles seriam adequadas para os sujeitos do processo ensino/aprendizagem. Após, foi solicitado que fizessem a “descrição da realidade” do aprendizado em sala de aula, quando os educandos descreveram o estilo das metodologias utilizadas, o perfil do corpo docente, da turma e as características do “ambiente” ou recursos disponíveis para a aprendizagem. Em seguida, foi solicitado que fizessem uma crítica da realidade e chegaram à conclusão de que todos têm papéis fundamentais no processo de ensino/aprendizagem, sendo necessárias mudanças em todos os sujeitos envolvidos.

Educadora e educandos entenderam que havia discrepância entre as situações analisadas. A educadora solicitou que fizessem uma “criação coletiva” com propostas apresentadas e negociadas por todos e, ao chegarem a uma conclusão, assumiram um compromisso, um contrato pedagógico, sobre a proposta coletiva elaborada.

No decorrer das negociações, os educandos solicitaram uma postura didática mais dinâmica

e metodologia de estudo de casos. Solicitaram ainda que a docente não emendasse assuntos e que falasse mais devagar. Já a educadora apresentou a dificuldade de interação e de diálogo em um grupo em que alguns alunos conversavam de forma desmedida, mostravam descomprometimento e davam prioridade ao uso do celular para fins pessoais em sala de aula.

As aulas foram se seguindo com base nos resultados da avaliação emancipatória proposta pela dinâmica descrita e os educandos foram aclarados de que o pacto firmado não era escrito, imutável, rígido, mas, pelo contrário, poderia ser ajustado para representar os interesses daquele grupo e os objetivos do presente estudo.

Quinta coleta/intervenção

A quinta coleta contou com a participação de quarenta alunos e foi reservada à avaliação de desempenho dos discentes, nos moldes da instituição de ensino, no formato de uma prova composta por questões de múltipla escolha e questões discursivas. Cumpre salientar que, diante da existência de um modelo determinado pela instituição, não foi possível recorrer à criatividade na elaboração de um instrumento avaliativo para a recolha de informações.

Com a análise das respostas foi possível diagnosticar que os alunos, de uma forma geral, estavam desenvolvendo uma intimidade maior com os termos jurídicos e apresentavam elementos que os auxiliava na tarefa de conectar teoria à prática, sendo que dois terços dos estudantes evidenciaram uma habilidade maior em relacionar os conteúdos e um terço permaneceu apresentando dificuldade. O melhor desempenho se apresentou no grupo de respondentes que já estavam inseridos no mundo do trabalho; já os que não alcançaram o desempenho esperado, não tiveram, em sua maioria, contato com a área profissional.

Diante da quantidade de informações, dos inúmeros conceitos que compõem o conteúdo, da dificuldade intrínseca à disciplina e do

exíguo tempo, os alunos alcançaram o desempenho esperado pela docente para o meio do semestre.

Sexta coleta/intervenção

Para brindar a elaboração do “contrato pedagógico” entre educadora e educandos, a docente propôs aos alunos a criação de uma paródia com o tema “direito tributário”. Foi uma atividade descontraída, mas que exigiu criatividade, interpretação, leitura, raciocínio lógico, domínio do conteúdo, bem como aprender a reconhecer e fazer uso de recursos da linguagem poética e sonora.

Aos alunos foi explicado o que é uma paródia e os objetivos esperados com a atividade. Reunidos em grupos, os estudantes escolheram uma música, criaram e escreveram a letra. Inicialmente, os educandos ficaram preocupados, vez que lhes parecia impossível fazer dar sentido à letra de uma música com os conteúdos do direito tributário, mas, depois, foram aderindo à proposta, o que resultou num momento de interação e aprendizado. Quando da interpretação para os colegas, foi possível

observar o progresso dos alunos no que tange ao entendimento e aprendizado da matéria ao se expressarem por meio de uma melodia. Os alunos puderam utilizar o gênero musical que mais lhe agradasse, trazendo parte de sua vivência para a sala de aula.

Sétima coleta/intervenção

Os resultados advindos da sétima coleta foram levantados com a participação de trinta e cinco dos quarenta respondentes, sendo utilizada como autoavaliação do curso. Ela contou com um questionário composto por três partes, sendo que a primeira e a segunda partes respeitaram a TALP. Tal como no início do curso, foi novamente solicitada a evocação de palavras com base no termo indutor “direito”.

As informações recolhidas auxiliaram na compreensão de eixos semânticos e permitiram a confrontação dos resultados obtidos no início do curso com aqueles obtidos ao final do semestre. Também foi possível identificar as evocações mais frequentes para os educandos, referentes ao termo indutor “ciências contábeis”:

Figura 3 – Nuvens lexicais produzidas pelo Programa Tagul a partir das evocações para os termos indutores “direito” e “ciências contábeis”



Fonte: Elaborada pelas autoras deste artigo com base em dados da pesquisa.

Os estudantes foram novamente questionados sobre a relevância do conhecimento jurídico para sua atuação profissional, com o objetivo de averiguar se houve mudança em relação aos resultados obtidos no início do semestre. Para análise das respostas discursivas, foi utilizada a técnica da leitura flutuante e, na sequência, procedeu-se a categorização

semântica, que resultou em categorias (Quadro 3). Ao analisar as categorias encontradas, foi possível notar que os respondentes estavam convencidos da indissociabilidade entre direito tributário e ciências contábeis, em parte pelo direito estar intimamente ligado ao trabalho cotidiano, em parte por servir de base para um bom contador.

Quadro 3 – Resultado da pergunta: Qual a utilidade do conhecimento jurídico para sua futura atuação profissional?

CATEGORIAS	FREQUÊNCIA
Indissociabilidade entre direito tributário e ciências contábeis no cotidiano da profissão	35
Foco no tributo	16
Sentido próprio do direito	9
Centralidade no cliente	6
Sucesso profissional	3
Atualização profissional	3

Fonte: Elaborado pelas autoras deste artigo com base em dados da pesquisa.

Os excertos dos textos que compõem a categoria “foco no tributo” evidenciam que houve uma mudança nas significações dos estudantes, quando comparada com a coleta do início do curso. Antes centrados no conhecimento instrumental, aplicado e funcional dos tributos, os estudantes, ao final do semestre, abandonaram tal concretude para abstrair, no sentido de identificar a existência de um sistema que norteia a criação, o pagamento, a fiscalização e a extinção dos tributos, bem como quais são os órgãos, os níveis da federação e a que poder eles pertencem.

O que se destacou, nessa segunda averiguação, foi a categoria “sentido próprio do direito”, que vai muito além do direito tributário, mas apresenta elementos epistemológicos e principiológicos. Significa dizer que os estudantes abandonaram uma compreensão operacional de que o conhecimento jurídico os auxiliará a economizar tributos (ou achar brechas na lei para a prática de crimes tributários, com a consequente baixa ou não na arrecadação dos

tributos) para dar ênfase à ética, à moral e à responsabilidade social.

Foi possível depreender que obstáculos que impediam o diálogo no encontro dos saberes foram transpostos. Ao partir da “realidade do grupo”, por meio de suas simbolizações, e da avaliação emancipatória, buscou-se a conscientização da parceria entre educador e educandos, para a elaboração de uma metodologia afinada àquele grupo.

Oitava coleta-intervenção

Da oitava e última coleta participaram todos os quarenta estudantes. Esse segundo momento de avaliação de desempenho discendente, da mesma forma que o primeiro, seguiu o modelo da instituição, e recorreu a uma prova composta por questões de múltipla escolha e questões discursivas, não tendo sido possível à docente recorrer a outro instrumento. No entanto, ao confrontar os resultados desta avaliação de desempenho com a primeira, foi

possível notar substancial mudança na expressão e no domínio dos conteúdos pelos alunos, conforme esperado mediante a construção e o desenvolvimento da estratégia didática.

Tal mudança ficou evidente, vez que foram utilizadas questões que exigiam uma reflexão e um raciocínio prático em relação ao conteúdo apreendido, sendo que os argumentos dos alunos abandonaram a concretude instrumental dos tributos e caminharam para uma abstração maior, amparada pelos princípios da justiça e da democracia que norteiam o sistema tributário nacional.

A compreensão das expectativas dos educandos em relação ao aprendizado da disciplina permitiu identificar uma visão generalizada a respeito do direito: ser chato, cansativo, tedioso e difícil (sobretudo para os alunos que possuem maior afinidade com as disciplinas de cálculos em detrimento das teóricas), com conteúdos que se ancoram na tradição das ciências jurídicas, em seu formalismo, burocracia e meandros. Por sua vez, outro eixo de expectativas residia na compreensão da importância do direito para o profissional de contabilidade.

A identificação desses dois eixos de significação no início do curso permitiu a exploração, junto com os estudantes, de estratégias didáticas. Ao expor os resultados e negociar com os alunos, foi possível identificar que, para o aprendizado do direito no contexto investigado, foram necessárias aulas mais dinâmicas, participativas e dialogadas, em que ocorresse a resolução de problemas que auxiliam na relação entre teoria e prática.

Ao serem questionados sobre a relevância do direito para a atuação do profissional em ciências contábeis, ficou evidenciada a preocupação dos estudantes em saber, entender e conhecer a tributação, a legislação e as regras, para que eles pudessem ter responsabilidade e conhecimento para representar e auxiliar seus clientes.

Ressalta-se que os estudantes demonstraram que o conhecimento das leis está intimamente ligado ao exercício da profissão, o que

os levou a entender que, apesar de ser algo maçante, se tiverem aulas dinâmicas (como identificado por meio do primeiro questionário) e comprometerem-se pessoalmente, alcançarão o conhecimento jurídico para sua atuação profissional. Foi possível encontrar aí uma via para o diálogo, para a tomada de consciência e para a negociação, de modo que os educandos se sentissem como sujeitos ativos no processo de ensino/aprendizagem.

Considerações permitidas

O estudo relatado, longe da pretensão de desenvolver um debate profundamente teórico no âmbito da TRS, visou à elaboração de uma estratégia pedagógica. Por meio dele, foi possível compreender que os educandos traziam consigo o significado de direito tributário atrelado diretamente à operacionalização dos tributos (imposto sobre produtos industrializados, imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, imposto sobre operações financeiras, imposto de renda etc.) e, no final do semestre, abandonaram tal concretude, ao fazer menção à existência de um sistema jurídico para a criação, arrecadação, cobrança, fiscalização, formas de exclusão, suspensão e extinção da obrigação tributária em todos os níveis da federação, amparado pela noção de justiça.

Nesse tocante, é possível destacar que a estratégia empregada permitiu a elaboração de um novo elemento na significação do direito tributário para os educandos, relacionado à responsabilidade, à ética, ao respeito, ao comprometimento do profissional em buscar meios lícitos para melhor atender seus clientes dentro das possibilidades criadas pelo próprio sistema jurídico tributário.

Em outros termos, o duplo objetivo do trabalho foi alcançado: associar a investigação do significado que o direito possui para os alunos do Curso de Ciências Contábeis de uma universidade privada de Guarulhos, São Paulo, à criação de uma estratégia pedagógica com base na TRS. Destaca-se que tal emprei-

tada só foi possível porque foram aplicados os princípios básicos da avaliação emancipatória, que potencializou o processo de libertação dos educandos de uma educação bancária.

A TRS muito tem contribuído para o âmbito da educação, no entanto, o recurso à teoria para fundamentar uma estratégia pedagógica é ainda recente, não tendo, o presente estudo, encontrado outro similar na literatura. Conceitos comumente utilizados para a compreensão de práticas e do pensamento social no contexto da Psicologia, com destaque ao constructo representações sociais, permitem subsidiar interpretações e análises de fenômenos comunicacionais. Nesse sentido, vislumbra-se um significativo potencial no que concerne à articulação entre TRS, pedagogia freireana e os princípios da avaliação emancipatória para o aprimoramento de estratégias pedagógicas que se pretendam, efetivamente, libertadoras, podendo esta articulação ser utilizada por educadores de distintas áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. **Pratiques sociales et représentations**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 117, p. 127-147, nov. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2019.
- BARBOSA, Joaquim Gonçalves. **O diário de pesquisa: o estudante universitário e seu processo formativo**. Brasília, DF: Liber Livro, 2010.
- CHAIB, Mohamed. Social representations, subjectivity and learning. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 358-372, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000200358&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2019.
- CORREIA, Paulo Rogério Miranda. Et al. Nova abordagem para identificar conexões disciplinares usando mapas conceituais: em busca da interdisciplinaridade no Ensino Superior. **Ciência & Educação**, Bauru, SP, v. 20, n. 2, p. 467-479, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132014000200467&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2019.
- EVOC2000. Version 5. [software na internet]. Aix en Provence, 2002. Disponível em: <https://sourceforge.net/projects/evoc/>. Acesso em: 30 mar. 2019.
- FERREIRA, Sandra Lúcia; MARCONDES, Anamérica Prado; NOVAES, Adelina. Indicadores psicossociais: um olhar ampliado para a prática docente. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 28, n. 69, p. 874-894, set./dez. 2017. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4052/3472>. Acesso em: 06 abr. 2019.
- FETTERMAN, David. Transformative empowerment evaluation and Freirean pedagogy: Alignment with an emancipatory tradition. In: PATTON, Michael Queen (ed.). **Pedagogy of Evaluation: New Directions for Evaluation**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2017. p. 111-126.
- FRANCO, Maria Laura Publi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 59. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015a.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 52. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.
- JODELET, Denise. La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, Serge (org.). **Psicología Social**. Barcelona: Paidós, 1985. p. 469-494.
- JODELET, Denise. **Représentations sociales**. Paris: PUF, 1989.
- JODELET, Denise. Contribuições das representações sociais para a análise das relações entre educação e trabalho. In: PARDAL, Luis et al. (org.) **Educação e trabalho: representações, competências e trajetórias**. Aveiro: Departamento de Ciências da Educação da Universidade de Aveiro, 2007. p. 11-25.
- JODELET, Denise. O encontro dos saberes. In: JESUÍNO, Jorge Correia; MENDES, Felismina R. P.; LOPES, Manuel José (org.). **As representações sociais nas sociedades em mudança**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 59-79. (Coleção Psicologia Social).
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

- JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 20-31, ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2019.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- MARKOVÁ, Ivana. **Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MARKOVÁ, Ivana. A fabricação da teoria de representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 358-375, mar. 2017a. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000100358&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2019.
- MARKOVÁ, Ivana. **Mente dialógica: senso comum e ética**. Trad. Lilian Ulup. Cambridge: Cambridge University Press; São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Curitiba: PUCPress, 2017b.
- MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MOSCOVICI, Serge. **A máquina de fazer deuses**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Imago, 1988.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- NOVAES, Adelina. **Por uma análise psicossocial do curso de direito**. 2010. 248 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2010.
- NOVAES, Adelina. Subjetividade social docente: elementos para um debate sobre “políticas de subjetividade”. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 328-343, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000200328&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2019.
- NOVAES, Adelina; ORNELLAS, Maria de Lourdes; ENS, Romilda Teodora. Convergências teóricas em representações sociais e seu aporte para o estudo de políticas docentes. **Revista Diálogo Educacional**, v. 17, n. 53, ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/16433>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. São Paulo: Cortez, 2010.
- PATTON, Michael Quinn. Pedagogical principles of evaluation: Interpreting Freire. In: PATTON, Michael Quinn (ed.). **Pedagogy of evaluation: New Directions for Evaluation**. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2017. p. 49-77.
- PINTO, Alexandre Saul. **Para mudar a prática da formação continuada de educadores: uma pesquisa inspirada no referencial teórico-metodológico de Paulo Freire**. 2015. 207 p. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2015.
- SANT'ANNA, Hugo Cristo. OpenEvoc: um programa de apoio à pesquisa em representações sociais. In: ENCONTRO REGIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL (ABRAPSO), 7., 2012, Vitória. **Anais eletrônicos [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/2226246/openEvoc_Um_programa_de_apoio_%C3%A0_pesquisa_em_Representa%C3%A7%C3%B5es_Sociais. Acesso em: 10 jan. 2019.
- SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SEIDMANN, Susana. Identidad personal y subjetividad social: educación y constitución subjetiva. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 156, p. 344-357, jun. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000200344&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 abr. 2019.
- TAGUL. Software na internet para elaboração de nuvem de palavras utilizando imagens. Disponível em: <https://www.tagul.com>. Acesso em: 30 mar. 2019.

Recebido em: 07/04/2019
Aprovado em: 13/05/2021



Este é um artigo publicado em acesso aberto sob uma licença Creative Commons.